
Identidade: cultura e memória

Kenia Maria Menegotto Pozenato*
Lorraine Slomp Giron**

Resumo: A questão que se propõe neste trabalho é a da identidade cultural entre os atuais descendentes de imigrantes italianos, vênéticos, lombardos, trentinos, entre outros. E a construção de sua identidade, marcada por seus elementos culturais como modo de falar, costumes, valores, religião, técnicas de artesanato e culinária.

Abstract: The question that if considers in this paper is the cultural identity between the present day italian's descendants, immigrants of the Veneto, Lombardia, Trento (Italy) among others. The construction of this identity, marked their cultural elements as way of speaking, customs, values, religion, handiwork techniques and cookery.

Palavras-chave: Identidade. Cultura. Memória.

Key words: Identity. Culture. Memory.



Figura 1: Monumento Nacional ao Imigrante
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

* Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade Aix-Marseille II e Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* pozenato@terra.com.br

** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* loraines@terra.com.br

Considerações iniciais

O objetivo deste ensaio é o de estabelecer os nexos entre transmissão da cultura e contatos entre as culturas através dos meios de comunicação.

A memória é essencial para o ser humano, ela faz parte do homem. E como tal é um dos fenômenos que, apesar de todos os estudos, ainda não está decifrado, e é apresentado sob várias óticas.

Sob o ponto de vista do funcionalismo, não existe apenas uma memória, mas vários estágios de memória, o que também se poderia denominar de várias memórias. O estágio mais elementar seria a memória senso-motriz, que existe em toda a espécie animal e que responde pelos movimentos úteis a uma série de estimulações sensoriais. Está no inconsciente, portanto, abaixo do nível da consciência, e não implica reconhecimento das lembranças. Logo, nesse estágio, as lembranças não são reconhecidas. É através dela que acontece a adaptação dos seres vivos ao meio ambiente. A forma mais elevada da memória é a memória social, sustentada e nutrida pela exigência dos que dependem dos interesses dos grupos sociais. A memória individual, ligada aos fundamentos lógicos da cultura, pode ser informativa (quando determina os fazeres de determinado grupo social) ou normativa (quando transmite as exigências éticas desse mesmo grupo). Dessa forma, as lembranças vinculadas a uma determinada esfera da memória normativa, como família, religião ou profissão, são mais detalhadas. A lembrança é tanto mais rica quanto melhor “enquadrada” (família, religião, profissão, classe social...).

Ribot (1881) e James (1890), fundadores da Psicologia Experimental, assim como inúmeros outros pesquisadores, buscaram conhecer o suporte material para os fenômenos da memória do ser humano. Suas experiências mostraram que há no organismo animal uma espécie de código molecular que funcionaria como uma fita magnética, registrando as informações vindas do exterior. A preservação da mensagem no tempo seria assegurada pela síntese contínua da proteína e de seu motivo específico.

A Psicologia nos explica que a memória orgânica se prolonga graças à memória psicológica, que é uma função aquisitiva (imagens, movimentos, conceitos, comportamentos) a serviço da adaptação aos meios biológico e social. A lembrança deve ser fixada, evocada, reconhecida e localizada. Uma boa fixação depende da frequência das repetições e da motivação, ou seja, dos interesses do sujeito. Pode-se ligar fixação e evocação, a primeira tendo lugar em razão da segunda. O reconhecimento implica um esforço de reconstrução da lembrança. A

evocação espontânea acontece por associação de idéias, uma rememoração que se classifica de lógica e que restabelece, entre os acontecimentos do passado, relações de causalidade que contribuem para consolidar sua conservação.

São as raízes psicológicas que explicam o que muda e o que se mantém em uma cultura. Quando duas culturas entram em contato, é preservado apenas o que é importante para a satisfação das necessidades do grupo. Foi isso que aconteceu na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, entre brasileiros e italianos, cujas lembranças são o objeto deste ensaio.

Este trabalho está dividido em quatro partes: a primeira trata do sentido da imigração; a segunda parte, do estigma do trabalho, onde é apresentada a reação brasileira à imigração italiana. A terceira parte aborda as lembranças, onde é tratada a questão da imigração e sua preservação na memória dos agricultores da região e, por último, apresenta-se o trabalho como identidade.

O sentido da imigração

O fenômeno migratório ocorrido no Brasil entre o fim do século XIX e primeiro quartel do século XX está ligado às transformações das estruturas políticas, econômicas e sociais que aconteceram no Império, ligadas à expansão do capitalismo europeu.

Segundo Octávio Ianni (1979), a imigração deve ser vista “como um movimento da força de trabalho num mercado de força de trabalho mundial que então se criou”. Isso significa que a Europa possuía mão-de-obra excedente, passando a ser fornecedora dessa mercadoria para a América, que sofria, no período, de uma carência crônica da mesma.

A vinda de cerca de 4 milhões de imigrantes europeus para o Brasil mudou as relações de produção, sua vinda significava a substituição de mão-de-obra escrava por mão-de-obra livre. A chegada de tal número de imigrantes preocupou, e muito, os intelectuais brasileiros, que viam com desconfiança a chegada de tantos estrangeiros.

Em 1872, quando foi reiniciado o movimento imigratório, o Rio Grande do Sul contava com uma população de 446.926 habitantes, dos quais 41.406 eram estrangeiros. Um sexto do território já era ocupado por germânicos. Dessa forma, a chegada de cerca de cem mil italianos punha em risco a própria língua portuguesa.

Se os imigrantes eram bem-vindos na Província, como mão-de-obra agrícola buscada pelo governo brasileiro, não eram bem-vistos pelos fazendeiros, que não os queriam aproveitar como empregados, já que dispunham de escravos suficientes para a criação do gado. Da mesma forma, os intelectuais do Sul viam com desconfiança a chegada de tantos pobres provenientes da Europa. Julgavam que sua chegada e a possível miscigenação poderiam transformar tanto a língua como a “raça” portuguesas. O mais acirrado dos inimigos da chegada dos colonos europeus foi Alfredo Varela (1898), que julgava que os colonos viriam competir com os gaúchos no mercado de trabalho, prejudicando assim a chamada “cepa lusitana”.

Cabe lembrar aqui que os imigrantes foram trazidos para substituir a mão-de-obra escrava e ainda com um outro objetivo específico, o do branqueamento da “raça”. No dizer de Celso Furtado,

as colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja “raça” era distinta da dos europeus que tinham colonizado o país.

As colônias povoadas por imigrantes europeus estavam situadas nas íngremes regiões da encosta do Planalto Meridional, cobertas por matas e distante de cidades e de portos navegáveis. As regiões destinadas à colonização dispunham de poucas estradas.

A maioria dos imigrantes italianos que vieram para o Rio Grande do Sul a partir de 1875 era de colonos em sua terra de origem. Trabalhavam na terra de um senhor, na qual não tinham a liberdade de plantar e nem de se alimentar com o produto do seu trabalho. A busca de terras no Novo Continente foi a forma encontrada de se libertarem da pátria e do patrão.

Os imigrantes faziam parte do grupo dos excluídos, e sua cultura era a cultura dos vencidos. De acordo com Bosí (1992, p. 13), a cultura é antes de tudo uma cultura de classe. Assim, os agricultores, que pertenciam à classe dos servos na Europa, ao comprarem terras do governo do Brasil tornaram-se proprietários de suas terras, que passam a ser cultivadas pela família. Os colonos deixaram a classe dos sem-terra para se tornarem pequenos produtores.

Segundo Hegel (1975), os agricultores, como eram os imigrantes, pertenciam à ordem substancial constituída pelos que trabalham a terra. Seu trabalho e sua subsistência dependem de épocas naturais fixas, enquanto seus rendimentos dependem de condições naturais variáveis, realizando um trabalho ligado aos produtos naturais do solo, no qual plantam e colhem. O trabalho agrícola está, assim, condicionado tanto às estações do ano como às condições climáticas. Esse fator leva o agricultor a ter uma atitude passiva diante da natureza, pois não pode mudar o seu curso e suas condições. Como pequenos produtores, desconfiam do poder político e do Estado, mantendo firmes laços familiares e de grupo. Dessa forma, a “classe natural tem sua direção determinada pelas determinações da natureza, sua moralidade se funda na fé e na confiança”. (HEGEL, 1975, p. 17).

Um dos problemas dos imigrantes foi o da mudança por que passaram sua língua materna e sua cultura ancestral. Tal fato faz com que o imigrante “se situe como Outro relativamente à própria filiação e como Outro vai encontrar o país aonde vai se instalar, com todos os problemas que daí decorrerão”. (MELMANN, 1992, p. 68). O imigrante torna-se duplamente excluído: da pátria natal e da pátria adotiva. A língua falada pelo imigrante, sua língua materna, que é a da pátria que o expulsou, torna-se a língua do *escravo* na nova pátria. A língua do *senhor* é a falada na pátria adotiva. O recalque com relação à língua traz “sérias conseqüências psicológicas para o imigrante”. (MELMANN, 1992, p. 68).

Os imigrantes italianos – assim como outros imigrantes – procuraram manter sua cultura na nova pátria, tanto no falar como no fazer. O seu fazer diário liga-se tanto às horas do dia como às estações do ano, e consiste no cuidado com os animais e com a lavoura. Sua cultura está vinculada à fé católica e ao trabalho constante.

As lembranças coletivas

As modernas teorias psicológicas explicam que o comportamento humano é determinado pela cultura, sendo que essa independe da biologia. Para Pinker (2004, p. 99) o homem deixa de ser considerado uma “tábula rasa”, ou uma fita magnética virgem, sendo, dessa forma, produto da cultura onde nasce. De acordo com essa teoria, o meio constitui importante fator, que pode facilitar ou dificultar o contato entre as culturas. De acordo com tal posição, as culturas isoladas tendem

a regredir, e aquelas que têm possibilidade de estabelecer contatos culturais tendem a progredir.

Mas o passar do tempo reduz a memória, tanto o individual como a coletiva. Para Bergson, citado por Bosi (1994, p. 55), há uma impossibilidade de manutenção das lembranças totais, que só ocorreria se não houvesse qualquer modificação “no sistema de representações, hábitos e relações sociais na infância”. Assim, quanto mais estável e fechada for a sociedade, maiores são as possibilidades de manutenção das lembranças coletivas.

As culturas, assim como as lembranças, são construídas tanto no espaço como ao longo do tempo. As lembranças coletivas, segundo Freud (1978, p. 200), são construídas como as do indivíduo, só que, enquanto a memória individual visa à felicidade individual, o superego coletivo tem a “função de impor restrições de ordem ética, e que constitui o ponto mais doloroso de uma civilização”. O caráter disciplinador das lembranças ocasiona por vezes não só mal-estar na civilização como no grupo.

As lembranças seriam fruto do inconsciente. Mal comparando, segundo Mannoni (1973), “o inconsciente funciona como o *hardware*” de um computador – ou de um cérebro eletrônico – no qual dados tanto do presente quanto do passado são processados. O consciente, por outro lado, pode ser comparado a um *software*. Assim, a memória seria semelhante a dados salvos em várias pastas e arquivos guardados no computador. Esses dados, ou lembranças, podem ser consultados tanto de forma individual como coletiva.

Nesse ponto de vista, os agricultores preservam mais as lembranças do que os homens que vivem nas cidades. É principalmente nas festas e nos ritos de passagem, momentos de reunião do grupo, que as lembranças são acessadas. Cada rito de passagem é a um só tempo uma celebração e uma rememoração. O mais importante rito de passagem é o do casamento, que, em geral, ocorre dentro do próprio grupo, o que garante a manutenção dos costumes e das lembranças. O antigo costume de filhos continuarem vivendo na casa dos pais após o casamento possibilita que várias gerações assim convivam no espaço familiar, facilitando a manutenção das lembranças coletivas.

O tempo para o lazer é pouco para os homens e é praticamente inexistente para as mulheres. Há poucos momentos de descanso, e esses ocorrem nos dias de chuva ou nas horas de sol intenso, quando podem ser trocadas informações sobre o grupo. Os homens se reúnem aos

domingos para jogos de carta, em bodegas ou nos salões da comunidade, onde tratam de assuntos masculinos: jogos, negócios e aventuras.

As mulheres, que não participam dos jogos, visitam as vizinhas e os doentes; participam ainda de festas comunitárias e dos ritos de passagem, principalmente casamentos e batizados. Nos velórios, onde as horas passam devagar, os assuntos são colocados em dia, fala-se da vida própria e da alheia, e circulam as novidades. E nessas ocasiões as lembranças vêm à tona.

As formas de lembrar o passado dos antigos imigrantes são distintas: uma é revelada e a outra permanece oculta. A lembrança revelada é a coletiva, aquela que se refere a alegrias e êxitos, costumes, trabalhos e hábitos ancestrais. Essas lembranças ocultam os fracassos, os defeitos e as perdas do grupo. É rejeitado o passado de pobreza na Itália, bem como o luto pela perda da pátria, dos pais e da sua identidade. Procuram substituir o passado de dor pelo do heroísmo. A viagem de navio entre a Itália e o Brasil – e não o exílio da pátria – tornou-se a causa aparente de todas as desgraças. Nela os doentes são atirados vivos ao mar, nela são tratados como animais. Fazem assim na memória coletiva a substituição do luto pelas peripécias da viagem.

Muitos imigrantes não falavam de sua pátria de origem para seus filhos. Tal lacuna na história familiar visa a ocultar a humilhação da expulsão da terra natal. Muitos filhos nunca ficaram sabendo os motivos da vinda para a América. Foi esquecido o lugar de onde vieram e de como lá viviam. Dessa forma, há uma lacuna intencional na memória coletiva. Assim é esquecido o passado político dos colonos, como se nenhum deles tivesse jamais participado de partidos ou agremiações políticas. Os imigrantes e seus pósteros inventaram um passado através da criação de lembranças de um passado sem política, onde parece haver apenas fé e trabalho.

As lembranças são expressas através de juízos de valor sobre o modo de ser e de fazer dos outros, e são implacáveis sobre a moral dos outros. Os erros e os fracassos são sempre dos outros. A maledicência tece a crônica social do grupo, da qual o seu próprio grupo familiar é excluído.

Os colonos protegem-se dos moradores da cidade e dos estranhos ao grupo. Os outros pertencem a um outro mundo. Para saber de suas lembranças, é preciso ter relações de parentesco, de vizinhança, ou conhecidos comuns. Conhecer alguém que eles conheçam e respeitem é fundamental para estabelecer relações de confiança com o estranho. Sem esses laços não há depoimentos, nem testemunhos. Eles assumem a

posição de quem nada sabe e nada lembra. A memória é local sensível, e falar do passado pode remeter a um esqueleto escondido no porão do passado.

Do estigma ao orgulho



Figura 2: Colheita da uva – Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves – RS
Fonte: Arquivo do Projeto CULTURA E COMUNICAÇÃO.

Até a segunda metade do século XX, a chamada Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul ainda sofria com o preconceito dos outros habitantes do Estado, especialmente os da capital, que diziam para os nativos das antigas colônias: “Oh! ou Ah! Tu és de Caxias? Lá em *Cacias, onde se toma sá com bolássa!*”

Era a forma usual de chamar os moradores da Serra de *colonos*, num sentido pejorativo. Apesar de ser verdadeira a afirmação, afinal quem vivia na região então chamada de colonial italiana não deixava de ser colono.

O falar diferente, com o “R”, o “X” e o “ão” malpronunciados, revelava imediatamente o descendente de italianos. Havia na afirmação um evidente menosprezo do colonizador para com o colonizado. Ou seja, os lusos de origem, donos das sesmarias, cujos escravos faziam todo o trabalho braçal de suas casas e propriedades, viam no agricultor pobre

que realizava o trabalho com sua família um outro tipo de escravo, senão deles, colonizadores, mas da sua própria pequena colônia. Tal designação continha um menosprezo, já que colono seria aquele que trabalhava a terra. Para os senhores de escravos de então, quando aconteceu a chegada dos imigrantes europeus, o trabalho era atividade própria dos escravos, portanto, os colonos dedicados ao trabalho agrícola seriam para os senhores de terras também eles parte das classes subalternas, ou seja, um novo tipo de escravo, ou de mão-de-obra a ser alugada e não mais comprada.

Ainda hoje permanece o estigma que une trabalho e desprezo. Na região existe um decalque colocado em veículos com a frase *colono é a nona*, resposta antecipada à ofensa de ser chamado colono (em lugar de ser chamado mau motorista). Tal resposta transfere a condição de colono para as avós, essas também discriminadas, já que a frase não afirma que colono é o avô.

Na própria região a palavra *colono* é empregada como outro tipo de ofensa, significando *grosso* (grosseiro). O termo *colono* é, pois, usado como um palavrão, como tantos outros, para expressar raiva ou desprezo.

Há toda uma humilhação centenária, uma noção de inferioridade introjetada pelos próprios moradores da região, por serem assim considerados pelos moradores de cidades e de outras regiões onde a cultura lusa é dominante e na qual a língua portuguesa é falada com correção até pelas camadas mais pobres da população.

Não é incomum, hoje, colegas que possuem ainda pronúncia carregada nos *erres* e *ons* despertarem o riso dos demais colegas de sala de aula. Por essa razão, raramente os alunos que vêm de zonas rurais falam durante as aulas, a não ser que o professor exija. O silêncio, antes que produto da timidez, é resultado do amor próprio, que se obriga a calar para não revelar traços do dialeto familiar.

O falar regional do dialeto foi durante muito tempo a marca da inferioridade e da diferença, que se manteve enquanto ele dominava o falar regional. Na medida em que a antiga forma de falar vai sendo abandonada, vai sendo também esquecida a diferença que existiu entre colonos e demais grupos da região.

Cabem aqui as palavras de Bourdieu:

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema-segundo o paradigma “black is beautiful” – e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) ou pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização. (1989, p. 125).

Esse parece ser o caso da vila de Nova Trento, a qual foi enganada através de suas autoridades máximas, o delegado e o padre, que ficaram segurando um galo cuja cabeça havia sido cortada por um mágico, num palco escuro de um teatro lotado pela população local. Enquanto era esperado o milagre da ressurreição do galo, o mágico fugia com o lucro da bilheteria. O lugar, por esse motivo, ficou conhecido como a Terra do Galo. Hoje a cidade de Flores da Cunha se orgulha dessa história e adotou o título de *Terra do Galo* como *slogan*. A florescente cidade, por outro lado, utiliza esse *slogan* na venda de sua imagem publicitária, como característica da colônia. O antigo colono, muitas vezes um homem urbano que retorna para a colônia, torna-se semelhante aos seus antepassados, assumindo sua origem com orgulho, tornando o estigma uma marca distintiva e motivo de orgulho.

O trabalho como identidade

Para os portugueses colonizadores, também os moradores do Brasil eram chamados colonos, já que Portugal era a Metrópole, e o Brasil, a colônia. Assim os brasileiros, após a independência, utilizaram a palavra *colono* como expressão de desprezo.

Continua a ser comum na região chamar *colono* o mau motorista, ou seja, o “barbeiro”. Visto dessa forma, os que trabalhavam com o ofício de colono e barbeiro estariam inseridos nas classes subalternas que serviam à classe senhorial lusa.

A identidade regional parece ter sido construída para dar um novo sentido ao termo *colono*, retirando seu significado pejorativo, transformando o que era pejorativo numa metáfora do sucesso econômico regional. Vencer a condição de colono e de habitante das antigas colônias foi trabalho que demandou tempo e muita acumulação de capital. O novo sentido de ser colono passou a ser permeado pela *vontade* de querer ser colono.

Tal vontade de se apresentar como colono, ou como alguém ligado à região colonial, parte, de um lado, da construção de um passado comum apresentado como heróico e, de outro, da importância do colono em tempos de abundância turística, onde a imagem do colono, imagem agora construída, tornou-se ela também parte do modo de ser regional.

Na verdade, os traços que trazem a imagem do trabalho braçal livre e familiar, e da força deste trabalho na construção de um novo mundo

para os seus, vieram da Península Itálica, onde os imigrantes eram camponeses pobres postos a serviço dos senhores de terra. São as heranças do Mediterrâneo trazidas na cultura dos imigrantes.

Já a herança dos portugueses foi construída a partir da dominação da força do trabalho dos escravos africanos durante os 389 anos que durou a escravidão negra no Brasil. Como observa Perondi:

O trabalho braçal que no Brasil era desprezado e passou a ser considerado um traço distintivo da região que se orgulha desta diferença em relação ao restante do Estado, em especial a região Sul. [...] Que o trabalho não era assumido como uma atividade escrava, mas como uma ação feita com amor, com paixão profunda pelo colono. A produção, a produtividade para os imigrantes, não se ligava às técnicas de plantio ou a instrumentos mecânicos, mas à capacidade e à força de seu trabalho. O trabalho era o elemento único, necessário, a palavra mágica, para se plantar e produzir. (1999, p. 53).

Só o trabalho de todos poderia garantir a posse da terra, que deveria ser paga de forma parcelada para o governo que havia organizado a colonização de parte de suas terras para vendê-las para os *sem-terra* europeus. Era a necessidade de manter a propriedade, já que ela era a garantia e, segundo Perondi,

a condição para melhorar de vida. Deste modo, a ambição da propriedade era reforçada pelo princípio de um direito individual e familiar, tendo como objetivo básico o sustento da família, a garantia do bem-estar e a segurança de fartura e de progresso. (1999, p.53).

O trabalho na propriedade é familiar. Mas, na atualidade, ao se tornarem adultos, os filhos deixam a propriedade e vão para as cidades trabalhar. Ao se tornarem trabalhadores urbanos, esquecem sua cultura.

O trabalho (como valor) foi passado de pais para filhos através das gerações e, portanto, do tempo. Mais do que forma de amealhar riquezas, o trabalho representa uma tradição regional.

Os pioneiros, ademais, vieram para ficar até o último dos seus dias terrenos, pois tinham na mente criar uma nova civilização assente no trabalho pertinaz, na robusta fé católica e no mais profundo respeito às leis. De se destacar a disposição, a fibra e a determinação pelo trabalho. [sic] (BORTOLINI, 2000, p. 71).

De estigma o trabalho passou à condição de mito. Os mitos são históricos e é precisamente porque são históricos que a história pode facilmente suprimi-los. “Por mais paradoxal que possa parecer, o mito não esconde nada; tem como função deformar, não fazer desaparecer.” (BORTOLINI, 2000, p. 142-143).

O mito do trabalho tem aumentado seu âmbito de ação no decorrer do tempo, pois mais nomes podem ser apontados como tendo enriquecido na região e, na medida em que esses nomes aumentam, o mito se renova e se reforça. Na terra do trabalho, ou na “Capital Brasileira do Trabalho” como Caxias já foi conhecida, só o trabalho traça o trilho entre o passado de lutas e o futuro de glórias econômicas. O trabalho é, portanto, o mito fundador regional sempre novo, sempre apontando para o horizonte, como a enxada que traz no ombro a figura masculina do Monumento ao Imigrante. Foi, portanto, o trabalho que povoou e enriqueceu a região colonial, é o trabalho o elemento que encaminha os outros elementos identitários e como ampliação de sentido determina o futuro da economia regional, apontando o sucesso passado baseado sempre no trabalho braçal e rude.

A fala do imigrante e de seus descendentes, da mesma forma que é marcada pelo tempo é também marcada pela cultura do grupo nestes 130 anos de fundação do mito.

A cultura regional, o conjunto de padrões de comportamento, de crenças, de instituições, de valores materiais e imateriais é atravessado pelo trabalho. Pode-se dizer, por fim, que tudo advém do trabalho e que tudo é feito para o trabalho. A arte do trabalho, a festa do trabalho e a própria cultura do trabalho.

Outro elemento fundamental para a cultura regional é a família, que era e continua sendo muito importante para os agricultores, pois dela depende a produção da terra, que com seu trabalho garante a manutenção familiar. A partir da década de 80 do século passado, as famílias começaram a se reunir em festas que congregam quatro ou cinco gerações de um mesmo grupo familiar e que possuem antepassados comuns, isto é, os descendentes dos antigos imigrantes. Tais festas se realizam em vários municípios, sendo comuns a toda a região. Algumas delas chegam a reunir mais de mil descendentes.

Mesmo distantes umas das outras, as festas têm os mesmos objetivos, e sua organização parece ser padronizada. A festa é organizada por um pequeno grupo de parentes, geralmente os que ficaram na região próxima da terra na qual viveram seus antepassados. Esse grupo se encarrega do

levantamento dos membros da família. Os mais velhos de determinado grupo são consultados e através deles são localizados os seus parentes mais próximos. O grupo organizador envia os convites, aluga o salão da comunidade onde viveram os avós e na Capela ou Igreja é realizada normalmente uma missa, seguida de discursos. A seguir, acontece o almoço, após o que são distribuídos ou vendidos os livros com a história da família, elaborados por um de seus membros. Ocorre assim o encontro de parentes que não se viam há muito tempo. Há muita alegria e também tristeza pelos que já se foram. Há ainda certo constrangimento daqueles parentes que são menos aquinhoados que os demais.

Compreendendo os imigrantes

Os imigrantes, ao chegar em outro país, trazem consigo desejos, crenças e características. O principal desejo que deslocou os imigrantes europeus para a América foi a possibilidade de aquisição de terra e a garantia de liberdade. Terra que significava estabilidade e segurança. Pode-se assegurar que “foi, acima de tudo, à procura de terra que, de 1876 a 1900, um contingente humano com 1.040.000 emigrantes deixaram a Itália e se estabeleceram no Brasil.” (FARINA, 1989, p. 28). Ao receberem sua terra, diziam: “A casa nostra! Semo siori!” (DALL’ALBA, 1984, p. 33).

Entre os imigrantes havia o desejo de uma mudança de classe social, representada pela propriedade, que os tornava senhores, deixando a antiga condição de escravos da terra. A propriedade privada se identifica, transformando-se em seu símbolo, o valor da liberdade, entendida como independência da necessidade e dos outros homens, e sempre um bem exclusivo. (BOBBIO, 1997, p. 1027).

Ao mesmo tempo, os imigrantes apresentam um certo sentimento de exclusão e de expulsão de sua terra natal. Diz Toniazzo (apud DE BONI, 1977, p. 13): “Parecia que, de alguma maneira, fui expulso da aldeia que eu tanto amei.”

Há ainda entre os imigrantes um sentimento de culpa de ter sido rejeitado pela pátria. (DALL’ALBA, 1984, p. 19-44). O conhecimento dessa ambivalência do sentimento de um expatriado é fundamental para compreender esse ser que deixa o lugar de nascimento para buscar oportunidades na pátria dos outros.

No caso da Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul,

as identidades parecem invocar uma origem que habitaria um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas referem-se, no entanto, à utilização dos recursos da história, da língua e da cultura, não para a produção do que somos, mas do que nos tornamos. (HALL, 2000, p. 108-109).

Esse passado histórico comum marca as similitudes de um certo grupo e suas diferenças com outro grupo. No caso do grupo dos imigrantes italianos chegados no Brasil no século XIX, ele é marcado pelo trabalho, pela família e pela religião.

Foi o trabalho que povoou e enriqueceu a Região Colonial Italiana, é o trabalho o elemento que determina os outros elementos identitários, como a família e a religião. Trabalho que ganha um aumento de significação, determinando o futuro da economia regional. O trabalho é ao mesmo tempo discurso marcado pelo tempo e delimitador da cultura do grupo, de tal forma que ainda hoje “descendentes ilustres continuam a cantar a epopéia de trabalho, de tenacidade e de heroísmo, na qual o primeiro canto foi escrito no interior, no cume da montanha”. (BARBOSA, 1980, p. 16).

Uma outra característica do grupo é a religião católica, que toma a forma de uma espécie de associação, através das Capelas, a maior forma. Há outras associações que marcaram os primeiros tempos da chegada, como as cooperativas e o mutirão.

A cultura regional, vista como um conjunto de normas de comportamento, de crenças, de instituições, de valores materiais e imateriais, é permeada pelo trabalho.

Os imigrantes trazem também sua língua materna, que é estigmatizada como a língua do outro, do estrangeiro, sendo obrigados a esquecer sua língua e a adotar a língua do novo país. As indicações da manutenção do acento marcam os habitantes da zona agrícola da região, que fazem o possível – e às vezes o impossível – para se integrar à nova pátria, mas não é possível esquecer que a integração é uma forma clara de desintegração de sua antiga cultura. A evidente liberação do estigma é apenas uma negação de sua identidade.

Referências

- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 1980.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. de Carmem Varriale e outros. Brasília: Ed. da UnB, 1997.
- BORTOLINI, Lino. *Fatos e retratos*. Curitiba: Champagnat, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. São Paulo: Difel, 1989.
- DALL ALBA, Pe. João Leonir. *Os Dall'Alba: cem anos de Brasil*. Porto Alegre: EST 1984.
- FARINA, Geraldo. *Reencontro*. Bento Gonçalves: Ed. do Autor, 1989.
- FREUD, S. Esboço da psicanálise. In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Freud*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1972.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HEGEL, G. W. *Principes de la philosophie du droit*. Trad. de Robert Derathé. Paris: Vrin, 1975.
- IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: *Imigração Italiana: estudos*. Caxias do Sul: Educ: Porto Alegre: EST, 1979.
- MANONNI, O. *Chaves para o imaginário*. Trad. de Ligia M. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MELMAN, Charles. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e de país*. São Paulo: Escuta, 1992.
- PERONDI, Dario Domingos; PERONDI, Neusa. *Família Perondi: 120 anos de Brasil*. Caxias do Sul: Maneco, 1999.
- PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. de Laura T. Mota. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- TONIAZZO, Luiz. Minha viagem à América. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *La Merica*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educ, 1977.
- VARELA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s. n.], 1898.